

CANÇÃO POPULAR VERSUS AUTORITARISMO

(Os militares no poder)

Waldenyr Caldas

INTRODUÇÃO

A música popular brasileira sempre acompanhou os acontecimentos políticos do nosso país. Seja por meio da sátira, da denúncia, da mera narrativa dos fatos, ou ainda em forma de protesto. Os elogios, a exaltação e o ufanismo, completam o quadro desse binômio música/política. Assim, através desses recursos, pode-se afirmar o seguinte: é possível se conhecer muito bem a história política do Brasil, ouvindo canções que tratam dos diversos momentos da nossa trajetória política. Os exemplos são muitos e para isso, vamos seguir a cronologia dos acontecimentos. Apenas como primeiro, caso começemos pelo governo de Getúlio Vargas e especialmente pelo período histórico conhecido como “Estado Novo”, que vai de 1937 a 1945. É dessa época o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda que, entre outras coisas, servia como instrumento de censura do Estado. O rádio, principal veículo de comunicação da época, era estreitamente vigiado e controlado. Na prática, censurado pelo governo federal, atento a todas as formas de comunicação com a sociedade.

Na música popular, ou qualquer outra manifestação artística, a concepção do trabalhismo, de exaltação ao trabalho deveria estar presente. Mas não era assim que pensava uma parte dos compositores da canção popular desse período. Wilson Batista, por exemplo, sempre esteve na contramão do que desejava o Estado autoritário. Seu samba “Lenço

no pescoço”, feito dois anos antes da criação do Estado Novo, não exaltava o trabalhismo como queriam as autoridades. Ao contrário, a malandragem carioca é quem ganha o destaque e uma imagem bastante simpática no texto poético da canção. Versos e rimas como, “eu tenho orgulho em ser tão vadio... eu vejo quem trabalha andar no miserê... eu sou tão vadio porque tive inclinação...”, nos dão a ideia bem clara da transgressão daquele compositor. Mas, é bom que se diga: ele não estava só. Havia nas mais diversas manifestações artísticas, uma atitude de resistência à política populista e autoritária implantada por Getúlio Vargas.

Com o fim do Estado Novo, o presidente Eurico Gaspar Dutra governaria o Brasil, de 1946 a 1951. Foi um governo que se propôs a redemocratizar o país, e não poderia ser de outra forma. Com desempenho sofrível, sua gestão seria ofuscada pela volta de Getúlio Vargas (1951-1954), mas desta vez, eleito democraticamente. E agora, a canção popular volta mais forte à cena política do país. Os compositores Armando Cavalcanti e Klécio Caldas escreveram a marcha “Maria Candelária”, que se tornou expressivo sucesso do carnaval de 1952, onde aparecem elementos da sátira, da denúncia e do próprio protesto. Tudo isso, claro, de forma muito bem-humorada, mas, ao mesmo tempo um deboche. Um meio bastante inteligente de protesto contra os desmandos e a corrupção na administração pública.

Assim, passados sessenta e dois anos, o texto poético dessa marchinha carnavalesca continua atual. A personagem Maria Candelária representa a imagem do funcionário público oportunista e corrupto como em nossos dias, que usufrui de privilégios escusos, como se nada estivesse acontecendo de grave com seu comportamento. Afinal, ela goza da proteção de político de prestígio e, entre outras coisas, recebe um salário e não trabalha. Mesmo assim, “caiu na letra ó, ó, ó, ó,

ó! ” que, na época, destacava os funcionários mais graduados, de funções mais relevantes e de melhores salários.

Mas, dos tempos de Maria Candelária até nossos dias, o Brasil mudou em muitos aspectos. Por uma questão de espaço, todos eles não podem ser discutidos aqui. Em um desses casos, porém, continuamos como há sessenta e dois anos atrás. A corrupção na administração pública, fez com que a personagem Maria Candelária atravessasse o tempo e passasse a conviver conosco no século XXI. A única diferença é que agora recebe o nome genérico de “funcionário fantasma”. Como a personagem dos anos trinta, ele também ganha muito bem, tem proteção de político corrupto e não aparece para trabalhar. Apenas vai ao Banco no dia de pagamento receber seu salário.

Assim, apesar do sistemático uso da sátira, do protesto e da denúncia que se faz através da música popular brasileira, este vício espúrio permanece incólume, sem alteração na cultura política do nosso país. Não há dúvida de que, até mesmo em países onde a democracia já está consolidada, há casos de corrupção. Este exemplo, claro, não vale para o Brasil. Até porque, como todos sabemos, ainda não temos um processo democrático sólido, firme e consolidado. Em nossa trajetória política, podemos ver pela canção popular, que as liberdades individuais nem sempre foram respeitadas. Em alguns momentos, a democracia foi arranhada, maltratada, vilipendiada mesmo, para ceder espaço aos governantes autoritários.

Resta-nos um consolo. Sabermos, por exemplo, que a canção popular em todo esse período de autoritarismo, sempre criou resistência aos desmandos do Estado autoritário. Mas infelizmente, sabemos que, em última instância, ele deixa resquícios e vícios abomináveis que se transferem para o Estado democrático. Um deles é a corrupção que, em períodos de autoritarismo, os políticos não dão qualquer satisfação à sociedade sobre as finanças e muito menos sobre a

governança do Estado. O desdobramento disso não é outro senão o aperfeiçoamento da corrupção, do oportunismo e dos desmandos políticos.

Não podemos nos esquecer do governo de Juscelino Kubistchek. Apesar de legitimamente eleito, quase não tomou posse. Ele recebeu o país democraticamente muito fragilizado. Isto, porém, não impediu que repetisse alguns vícios inaceitáveis durante seu mandato, que são bem próprios dos desmandos autoritários. O cantor/compositor Juca Chaves, em sua canção “Presidente bossa-nova” faz uma sátira precisa, inteligente e bem-humorada dos exageros em regalias do presidente. Algumas estrofes como “...voar, voar, voar, voar pra bem distante, até Versalhes onde duas mineirinhas, valsinhas dançam como debutantes, interessante!. ...mandar parente a jato pro dentista...”, revelam bem as extravagâncias de um presidente com o dinheiro público. Na verdade, em que pese as inumeráveis virtudes do seu governo, este comportamento era uma herança do autoritarismo como já citamos acima, que tomou conta da política brasileira por muito tempo. Insisto em dizer que, apesar de vivermos em uma democracia à procura de consolidar-se, ainda temos contemporaneamente, políticos oportunistas que criam privilégios para si mesmos em detrimento dos cofres públicos e por extensão, da própria sociedade. Este é o chamado crime de peculato, mas popularmente conhecido como “mordomia” com o dinheiro público.

O presidente como chefe do poder executivo podia tudo. Ou quase tudo e praticamente não havia contestação, a não ser em forma de paródia, sátira, denúncia ou protesto por meio da canção popular. Este é, aliás, um dos motivos fundamentais pelos quais nossa democracia sempre foi tão frágil. Sempre houve pelo menos até o governo João Goulart, certo descompasso de ideias e objetivos entre os três poderes. Especialmente entre o Legislativo e o Executivo. Aliás,

isto ocorre nesse momento. O Senado e a Câmara dos Deputados não se entendem com a presidente Dilma. Enfim, são imperfeições do sistema presidencialista. Entre outros motivos, esta fragilidade democrática justamente causada por esse descompasso, facilitou o fatídico golpe militar de 31 de março de 1964. Aliás, mesmo antes da posse de João Goulart, já se vislumbrava a possibilidade de um golpe militar. Tanto é assim que, igualmente a Juscelino Kubistchek, João Goulart quase foi impedido pelos militares de assumir a presidência, em face da renúncia de Jânio Quadros.

Mas, até aquele momento, ainda tínhamos uma débil democracia. Fraca, muito fraca. Após a deposição de Goulart, porém, passaríamos a conviver com o mais longo e cruel período na nossa história política. Foram vinte e um anos de autoritarismo militar no poder. De 31 de março de 1964 a 15 de março de 1985. Entre tantas formas de luta contra os desmandos e as arbitrariedades dos militares, deve-se enfatizar a importância da música popular brasileira.

Discussão

Em de 13 de dezembro de 1968, o governo Costa e Silva, instaura o AI-5 e assim todos os veículos de comunicação passariam a ser severamente censurados. Era o fim da liberdade de imprensa. Mesmo assim, a resistência às arbitrariedades do Estado se fazia presente, às vezes de forma velada, outras vezes explicitamente. Na canção popular, por exemplo, os compositores usavam muito o recurso do duplo sentido nas letras de suas canções. Havia um jogo linguístico, metafórico e poético que o ouvinte deveria interpretar para, enfim, entender as intenções e a mensagem do autor.

É justamente nesse momento, que a chamada canção de protesto reage mais intensamente às arbitrariedades do Estado autoritário. Ela assume o papel de resistência contra todas as formas de autoritarismo dos militares. Algo assim,

como se fosse porta-voz da vontade da sociedade. Há um grande repertório dessas canções. Elas abordam os mais diversos temas como, censura, liberdades democráticas, tortura, desencanto com o país, revolução socialista, expectativa de dias melhores, imperialismo, pobreza, entre tantos outros. Mas, é para apenas um aspecto que todos eles convergem: o desejo soberano de ver justiça social e liberdade democrática.

Duas canções são especialmente referências nesse sentido. Elas trazem um texto poético velado e explícito. São elas, respectivamente, “Apesar de você”, de Chico Buarque, feita em 1970 e “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, composta em 1968, quando a apresentou no Festival Internacional da Canção no Rio de Janeiro, no Ginásio do Maracanãzinho. Em sua canção, Chico Buarque faz um sutil exercício de linguagem e poesia para não demonstrar ao censor seus objetivos. Com raro talento, ele dissimula seus versos, justamente para driblar a censura. Em alguns casos conseguiu e noutras ocasiões foi punido. De qualquer forma, essa punição viria mais cedo ou mais tarde, justamente em função das arbitrariedades e dos desmandos militares.

Ao contrário do que já se veiculou em diferentes ocasiões pelos mass media e mesmo em ensaios acadêmicos, o autor de “A banda” e “Roda viva” não teve, em momento algum, a intenção de dirigir sua canção “Apesar de você”, à pessoa do então presidente Emílio Garrastazu Médici. (*) E isso não teria nenhum sentido mesmo. Chico Buarque estava pensando, isto sim, na sociedade brasileira que vivia as agruras de uma ditadura terrível e sem qualquer perspectiva de redemocratizar-se. Não por acaso, após tantas vezes proibido e intimado a prestar depoimento aos censores, o autor decidiu se auto exilar em Roma, entre os anos de 1969 e 1970, quando afinal, pôde livremente fazer canções que permanecerão sempre em evidência no cancioneiro popular brasileiro. “Samba de Orly” é uma delas. Aquela situação era angustian-

te para as pessoas que sempre defenderam a liberdade. Em síntese, vivíamos uma tragédia. A censura, as prisões arbitrárias, o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandato dos políticos legitimamente eleitos, mas que contestavam a ditadura, as torturas e os assassinatos de opositores do regime, são apenas algumas das sinistras condições a que foi submetida a sociedade brasileira nesse período.

Pela importância histórica que adquiriu esta canção, mas também para melhor compreendermos o momento político do nosso país naquela época, vale à pena reproduzirmos alguns trechos do texto poético de “Apesar de você”. Vejamos:

“Hoje você é quem manda

Falou ta falado

Não tem discussão, não

A minha gente hoje anda

Falando de lado e olhando pro chão. Viu?...”

Pois bem, diante da imposição da força bélica, das baionetas empunhadas em público e da truculência militar em situações quase pueris, não havia alternativa. Lutar desarmado contra o autoritarismo terrorista do Estado era algo comparável à escolha pelo suicídio. Ainda assim, restavam poucas alternativas. E a que se mostrava mais eficiente era mesmo o verbo, a palavra, como forma de denúncia da tragédia que vivíamos. Uma denúncia que, seguidas vezes, precisava usar de figuras de linguagem como metáforas e metonímias, por exemplo, justamente para driblar a censura implacável que os militares instalaram no país. Nos versos, “a minha gente hoje anda” “falando de lado e olhando pro chão. Viu? ”, temos a exata dimensão do grau de repressão e de abatimento moral aos quais foi submetida a sociedade brasileira. É difícil imaginar, mas não há nada mais humilhante do que ter de falar de lado olhando para o chão. Esta situação só se pode enten-

der realmente quando vivida na prática. O esforço do poeta, no entanto, nos leva à realidade dos fatos.

Ao longo dos versos de “Apesar de você” o que se percebe, entre outras coisas, é um justo desabafo do autor já asfxiado pela privação total de liberdade. Não bastasse esse aspecto, o Serviço de Censura de Diversões Públicas, estava sempre propenso a bater o indesejável carimbo “interditado”, nas canções de Chico Buarque. Foi esse o principal motivo que o levou a adotar em algumas músicas, o pseudônimo de Julinho da Adelaide. Mas esta asfixia a que me refiro não se restringia aos artistas, estudantes, professores, profissionais liberais e jornalistas, entre outros. O trabalhador das fábricas, dos escritórios, o transeunte das ruas, também sentia o peso da repressão e da falta de liberdade. Este segmento social acima citado era apenas o mais pugnaz, o mais combativo. Não tinha medo do perigo. Enfrentava sempre as baionetas e a tirania dos militares. Era um grupo em que seus partícipes corriam mais riscos de serem presos, torturados e até assassinados, como ocorreu ao longo dos vinte e um anos de regime militar.

Que se pense, apenas como exemplo, no conhecido caso de Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura. Ele foi torturado até a morte nas dependências do DOI-CODI em São Paulo. Como este ensaio tem limite de espaço, não poderei me alongar sobre este tema. De qualquer forma registro aqui uma sugestão: especialmente sobre mortos e desaparecidos políticos no Brasil nessa época, convém ler o livro *Reparação ou impunidade?* organizado por Janaína Teles e publicado pela Humanitas/FFLCH, em 2001.

No tocante à análise do texto poético da canção em pauta, há um bom número de trabalhos feitos sobre a obra musical de Chico Buarque. Alguns deles trabalham com o binômio literatura/política, outros, porém, tratam da análise literária do texto poético. Vale à pena conferir. Apenas

para registrar, esta é uma das canções mais ricas, mais consistentes em seu conteúdo, como forma de expressão sobre o autoritarismo dos militares em nosso país. Certa ocasião em entrevista concedida ao jornal *Correio Braziliense*, o entrevistador perguntou a Chico Buarque sobre as chamadas canções de protesto. A resposta foi a seguinte: “De protesto mesmo, eu fiz poucas, talvez uma meia dúzia. Sobre a realidade social, eu continuo fazendo, como ‘Assentamento’”. (**) O autor estava se referindo à canção que fez sobre o Movimento sem-terra.

Seja como for, o fato é que “Apesar de você” tem um forte discurso contestatório e que demonstrava para a época em que foi composta, profunda angústia, tristeza e decepção com os rumos do nosso país. Ao mesmo tempo, ela nos traz a expectativa de que aquela tragédia decorrente da brutalidade dos militares não teria como permanecer. Em outros termos, é uma canção que inicia com mensagem extremamente forte da realidade sociopolítica brasileira e encerra seu discurso com um otimismo que renovava a energia das pessoas e das instituições que lutavam pela redemocratização do país. Basta analisar a história política do Brasil nessa época para concluir: Chico Buarque tinha razão, independentemente da beleza literária do seu texto poético.

A partir do governo do presidente Ernesto Geisel, as arbitrariedades dos truculentos militares foram diminuindo sensivelmente. O próprio presidente declarou que teríamos uma abertura política “lenta, gradual e segura”. A ala mais radical, mais reacionária dos militares, bem que tentou impedir este projeto do presidente, mas esbarrou no seu prestígio e na liderança que ele tinha dentro das Forças Armadas. Para o bem do país, ele cumpriu seu projeto. Além disso, havia um grande clamor nacional pela redemocratização da nação. Este aspecto foi de grande importância política. Não poderíamos continuar asfixiados, calados, esperando os mi-

litares nos devolver o direito de participar politicamente das decisões do país.

Mas, mesmo com toda a repressão do governo Médici, “Apesar de você” não foi imediatamente proibida. A censura não entendeu o texto poético de Chico e a liberou para divulgação em todos os mass media. Tanto é assim que, segundo a própria gravadora, esta canção chegou a vender cerca de cem mil exemplares. Logo depois, no entanto, foi proibida e só liberada novamente em 1978.

A trajetória da canção “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, é convergente em seus propósitos com “Apesar de você”. Nesse aspecto, elas são unanimidade especialmente entre os estudiosos desse sombrio período da nossa história política. Mas, se por um lado, o texto poético de ambas tinha o mesmo objetivo, ou seja, contestar, lutar por meio das palavras contra a insensatez e a truculência que vinha da caserna, por outro lado, essa identidade cessava nesse momento. A canção de Vandré, intencionalmente, não trazia metáforas, metonímias ou qualquer outra figura de linguagem assentada na sutileza do discurso para as pessoas cultas. O que se tem nela é exatamente a objetividade da linha reta. Qualquer cidadão que a ouvisse, entenderia o enfático e emocionado convite, aliás, pode-se falar de convocação, para fazer a revolução contra os militares que se aposaram do poder após o golpe de 31 de março de 1964. Transcrevo aqui o refrão que não deixa dúvida dos propósitos da canção, seguido de uma estrofe que escolhi aleatoriamente. Sim, exatamente isso, aleatoriamente, porque qualquer uma delas mantém a clareza dos versos inconformados de Vandré. Vejamos:

*Vem vamos embora Pelos campos há fome
Que esperar não é saber Em grandes plantações
Quem sabe faz a hora Pelas ruas marchando*

*Não espera acontecer Indecisos cordões
Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão..."*

À parte o refrão que conclama a sociedade brasileira a fazer a revolução, Vandr  nos mostra com refinada ironia a vida dramática e miserável do trabalhador rural dos latifúndios. Nos versos, "pelos campos há fome, em grandes plantac es..." percebe-se a inominável absurdidade. O lavrador, o sertanejo, o boia-fria, enfim, o homem do campo, do meio rural que trabalha a terra para ser produtiva ao seu patrão, v -se na situação indigna de passar fome, muito embora sua fôrça de trabalho seja inteiramente dedicada a gerar a prosperidade das grandes plantac es que, no final das contas, reverte-se em benefício do dono da terra. Mas apenas em benefício deste.

Nesse momento,   inevitável lembrar as obras de João Cabral de Melo Neto, "Morte e vida Severina" e de Cândido Portinari, "Os Retirantes". Ambas mostram as agruras da dura vida do homem nordestino abandonado   própria sorte e que Vandr  retoma em sua canção. Aqui, porém, há um aspecto a mais a se perceber em "Pra não dizer que não falei das flores". O autor não dirige sua conclamação especialmente ao homem do campo. Ela fala das pessoas "nas escolas, nas ruas, campos, construções", ou seja,   indistintamente, um apelo a todo o povo brasileiro. Esteja ele no meio rural, no interior ou no meio urbano-industrial.

Mas, como já disse anteriormente, escolhi essas duas canções por serem uma forte referência da época sobre o governo dos militares. No entanto, convém registrar que a repressão, a censura e as proibições, não se restringiram apenas às canções políticas. A vigilância imposta pelos militares

à cultura brasileira foi além do fato essencialmente político. Os valores morais, os hábitos, os costumes, enfim, o próprio “ethos” cultural do cidadão brasileiro passaria a ser monitorado por uma espécie de moral social estabelecida pelo Estado e que toda a sociedade deveria seguir. Apenas um ato autoritário a mais.

O cerceamento à liberdade era feito de forma truculenta e arbitrária. Todas as manifestações artísticas teriam, necessariamente, quer passar pelo crivo censor do Estado. Alguns temas na música popular brasileira, por exemplo, estavam rigorosamente proibidos. Não por acaso, este período da nossa história ficou conhecido como os anos de chumbo da ditadura militar. Canções que falassem sobre prostituição, homossexualidade, hippies, racismo, exclusão social, drogas, sexo, histórias de amantes, adultério, entre outros, estavam fadadas a mofar na gaveta dos censores. Seriam definitivamente proibidas. Segundo esses senhores, elas usurpavam os valores éticos e morais da sociedade brasileira.

A chamada música brega, segmento importante, diria mesmo imprescindível, da nossa cultura lúdica e musical, foi especialmente prejudicada nessa ocasião. Perseguida. Este talvez seja o termo mais adequado. Quero, no entanto, esclarecer logo de início, que esta perseguição se explica muito mais pelo despreparo dos censores, e muito menos pelas dissensões político-ideológicas que vivia o país. Não havia nada propriamente de político nessas canções. As proibições às músicas de Odair José, o mais censurado entre os chamados cantores bregas, Waldick Soriano, Benito di Paula, Sidney Magal, Dom e Ravel, entre outros, são produtos das arbitrariedades, da incompetência e dos desmandos dos censores da caserna. A proibição a essas canções era essencialmente moral e objetivava defender sob a ótica dos militares, os “valores morais” e os “bons costumes” de uma sociedade acuada pelo

autoritarismo. Nessas circunstâncias, é claro que os temas acima citados seriam proibidos.

Para a censura militar eles eram considerados socialmente subversivos. Além da ação da força bruta contra todos os segmentos da cultura brasileira, devemos considerar ainda que a cultura lúdica, a cultura do entretenimento, tinha como tem até hoje, grande espaço midiático. Isso incomodava muito os militares. Em certos momentos, eles investiam fortemente contra os media, especialmente a partir de 1968 com a brutal instituição do AI-5. Que se pense nas emissoras de rádio, como a Rádio Nove de Julho, Rádio Marconi, Rádio Cometa, entre outras. Todas elas foram definitivamente lacradas e todas estavam na cidade de São Paulo.

Assim, temas como drogas, exclusão social, homossexualismo, entre outros, eram vistos nessa época pelos senhores da caserna, como algo inteiramente proibitivos. E aqui temos uma questão muito esclarecedora. Se de um lado, a censura proibia a veiculação de canções bregas, de outro lado, seus cantores e compositores nem imaginavam os verdadeiros motivos desse ato. Até porque, os próprios censores em certas ocasiões, também não sabiam as razões da proibição. Apenas vetavam a obra sem explicações. Odair José, por exemplo, não entendia e sempre estranhou ver algumas das suas canções censuradas. Ele jamais se manifestou, ou fez protestos contra a opressão política e a censura dos militares. Suas canções, como de resto todo o segmento da chamada música brega, tinham um discurso ingênuo. Inofensivo mesmo. Em alguns casos, quase pueril. Tanto era assim, que não se tem registro de nenhuma prisão desses artistas, nenhum deles foi expulso do país, muito menos torturado.

Até hoje, cantores e compositores bregas daquela época, sabem e declaram que não lutaram contra a ditadura dos militares. Grande parte deles nem chegou a tomar conhecimento, por exemplo, da guerrilha urbana, dos sequestros, da

luta armada, das torturas, dos desaparecidos, dos assassinatos, das prisões arbitrárias, enfim, do quadro sociopolítico desse período em nosso país. Faziam seu trabalho como se estivessem vivendo em pleno Estado de direito. E apenas para fazer justiça a esses profissionais, não podemos rotulá-los de alienados como se fazia naquela época. Era um momento de intenso radicalismo político, que reverberava por todos os segmentos da sociedade. Não havia mediação político-ideológica. Quem não era declaradamente de esquerda e agisse como tal, estava sujeito, até mesmo por seus pares, a ser visto como radical de direita e, portanto, um alienado a favor do autoritarismo militar e do Estado burguês. Enfim, uma bobagem. Este cidadão cairia em desgraça imediatamente. Era obrigado a abandonar seu grupo social, porque passaria a rejeitá-lo ostensivamente. A recíproca, no entanto, era verdadeira. Quem não se declarasse notoriamente de direita, correria o sério risco de ser visto como inimigo do Estado. Nesse caso, as consequências eram bem sinistras. A pessoa passava a ser estreitamente vigiada e, em alguns casos, intensamente interrogada ou expulsa do país, torturada e até mesmo assassinada. Era assim. Pura insensatez de ambos os lados.

Em todo esse contexto, deve-se registrar ainda, havia um segmento da música popular brasileira que, embora não tivesse propriamente o estatuto de brega naquela época, era rejeitada pela intelligentsia da esquerda. Os motivos, claro, não eram estéticos e passavam pelas questões político-ideológicas, uma vez que o discurso poético, ao contrário das chamadas músicas de protesto, procurava reforçar o *establishment* imposto pela caserna. E aqui, por motivos óbvios, prevalecia o discurso consonante com o que desejavam os militares. Apologético, ufanista e, em alguns casos até xenófobos. A divulgação dessas canções pelos *mass media*, como já se deduz, era muito maior do que qualquer outra forma de canção popular.

Quero lembrar a canção “Pra frente Brasil”, composição de Miguel Gustavo e Raul de Souza, feita em 1970, por ocasião da Copa do mundo no México. Pela primeira vez, a televisão transmitia ao vivo jogos deste campeonato. Nessa ocasião, os patrocinadores do evento, Gillette, Esso e Souza Cruz, em parceria com a TV Globo, realizaram um concurso para escolher a melhor música sobre a Copa do Mundo. Como vencedora, foi transformada em uma espécie de hino que antecipava todos os jogos do Brasil. Após a vitória brasileira, de forma quase uníssona, os mass media, repetidas vezes tocavam “Pra frente Brasil” e conclamavam o povo brasileiro a sair às ruas para festejar mais uma vitória brasileira. Estávamos no auge da luta político-ideológica e o governo militar capitalizava de forma sutil as vitórias brasileiras em benefício da sua imagem.

Mas, certamente o exemplo mais completo do ufanismo vivido nessa época, está mesmo na canção “Eu te amo meu Brasil”, da autoria de Dom, integrante da dupla, Dom e Ravel. Gravada no início dos anos de 1970 pelo conjunto “Os Incríveis”, ídolo do Programa “Jovem Guarda” da TV Record, esta canção fez grande sucesso junto à juventude brasileira e outros segmentos da sociedade. Para melhor ilustrar, reproduzo o refrão que se repete nada menos que três vezes:

*“Eu te amo meu Brasil, eu te amo
Meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil
Eu te amo meu Brasil, eu te amo
Ninguém segura a juventude do Brasil”.*

São muitas as canções desse período que seguem esse padrão discursivo. Esse era o estado comparativo, e deveria servir de modelo a todos os profissionais que não desejasse ver sua obra censurada. Apenas para lembrar, alguns compositores já consagrados nessa época, chegaram a fazer canções que, mais tarde, foram criticadas pela chamada intelligentsia

da esquerda. São os casos, por exemplo, de Ivan Lins, com sua canção “Meu país” e Jorge Ben, hoje conhecido por Jorge Benjor, com “País tropical”. No tocante à música de Ivan Lins, entendo que há certo exagero quando a interpretam como apologética e ufanista. Trata-se muito mais de uma canção romântica, que funde valores do folclore brasileiro com a imagem da mulher amada. Isto está longe de ser apologético ou ufanista.

No caso de “País tropical” o que se percebe é um texto poético muito alegre, libertário e inteiramente descomprometido com qualquer conotação político-ideológica. É preciso fazer justiça a quem é inocente. Ivan Lins e Jorge Benjor, jamais apoiaram a política dos militares e sempre estiveram coesos com os artistas que a rejeitavam. A canção mais criticada de Ivan Lins intitulada, “O amor é meu país”, nada tem de “adesista” como já se escreveu sobre ela. Por uma questão de espaço não posso analisá-la aqui, mas o leitor atento saberá interpretá-la. Em outros termos, quero dizer o seguinte: não são apenas os exageros e as arbitrariedades da censura míope dos militares, que proibia coisas sem nem saber por que estava procedendo daquele modo. Se isso era absolutamente repulsivo, não é aceitável também se fazer o chamado “patrulhamento ideológico”, como aconteceu justamente com Ivan Lins e Elis Regina. Quando entrevistados pelo jornal “O Pasquim” foram severamente cobrados a declarar suas respectivas preferências político-ideológicas. Uma situação muito delicada, especialmente se considerarmos o contexto político que vivíamos.

Conclusão

Enfim, para a infelicidade da sociedade brasileira, este foi o quadro político em nosso país durante vinte e um anos. Ao longo desse tempo, boa parte dos documentos sobre os acontecimentos políticos dessa época, permaneceu confina-

da como segredo de Estado, em lugar incerto e não sabido, pelo menos por parte do grande público. Apenas a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula é que tomamos conhecimento de alguns documentos que se tornaram públicos para os pesquisadores, estudiosos, mas também para toda sociedade brasileira. Agora a Comissão da Verdade instalada pela presidenta Dilma Rousseff em 16 de maio de 2012, certamente trará à luz do conhecimento público, muitos outros fatos e elementos novos ainda desconhecidos desse sombrio período político do nosso país. Restará, portanto, aos pesquisadores e estudiosos, interpretar e reinterpretar os fatos novos até então confinados nos arquivos proibidos à pesquisa e ao conhecimento público.

Para terminar este pequeno ensaio, quero fazer das palavras da nossa presidenta, as minhas palavras. Quando da instalação da Comissão da Verdade ela diz em seu discurso: “Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de uma forma diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições.” Apenas para manter fidelidade ao texto, mantive a palavra ocultamentos, mas o correto é ocaultações. Nossa presidenta termina seu discurso assim: “... a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje esse tempo chegou.”(***)

Toda a sociedade brasileira precisa realmente acreditar no que disse nossa presidenta. O ódio e o revanchismo não contribuirão em nada. O acirramento de situações políticas não resolvidas até hoje, especialmente no plano ideológico, deve ficar sob a responsabilidade do Estado democrático que vivemos hoje. Não sabemos a quais resultados chegarão a Comissão da Verdade. Estamos conscientes, isto sim, da

sua importância para ajudar a elucidar muitos fatos políticos sombrios, obscuros mesmo, que tanto mal causou às pessoas dispostas a lutar sem limites pela redemocratização do nosso país. Quase que diariamente, os grandes veículos de comunicação nos revelam os resultados a que essa Comissão tem chegado, especialmente no tocante aos acordos entre os militares do Brasil, Uruguai, Argentina e Chile. A troca de presos políticos, de informações, de experiências sobre repressão, enfim, todos aqueles elementos postos em prática pela fatídica “Operação Condor”.

Que se pense nos torturados, naqueles cidadãos que sobreviveram a esta inominável barbárie, nas pessoas assassinadas e naquelas que perderam definitivamente sua sanidade mental e hoje vivem compelidos e confinados à profunda reclusão. A Comissão da Verdade pode chegar aos fatos reais de alguns episódios ainda obscuros. Apenas isso. Resta saber se isso responde às expectativas da sociedade. Esta Comissão não tem poder para julgar e indicar penas por crimes políticos hediondos como a tortura até a morte, muito embora haja um respeitável grupo de estudiosos do direito penal, que considere esse tipo de crime imprescritível. Nessas condições, se a justiça brasileira não concordar com esta última tese, a descoberta de novos fatos históricos terá mero efeito de uma pesquisa de alto nível para se chegar à verdade. Assim, a necessidade imperiosa de se conhecer a verdade sem oclusões e em sua plenitude, muito provavelmente um dia será alcançada. A sociedade brasileira anseia por esse momento, muito embora diversos segmentos como a nossa juventude, por exemplo, esperem muito mais.

Notas:

- (*) Esta é a declaração de Chico Buarque sobre a canção “Apesar de você”: “Faço menos músicas dedicadas às pessoas do que as pessoas pensam. Falaram que “Apesar de você” era endereçada ao Médici, quando dizia respeito à situação do país como um todo.” Entrevista concedida ao

jornalista José Rezende Júnior, do Jornal Correio Braziliense em 02 de setembro de 1999.

(**) Entrevista concedida ao jornalista José Rezende Júnior, do jornal Correio Braziliense, em 02 de setembro de 1999.

(***) Trecho do discurso da presidenta Dilma Rousseff, quando da instalação da “Comissão da Verdade”, em 16 de maio de 2012, no Congresso Nacional.

Referências

- [1] ARAÚJO, P. C. de. **Eu não sou cachorro não**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003
- [2] CALDAS, W. **A cultura político-musical brasileira**. São Paulo: Musa Editora, 2005.
- [3] COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura no Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- [4] SILVA, D. da. **Nos bastidores da censura**. São Paulo: Editora Clube do livro, 1989.
- [5] TELES, J. (org.) **Reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas, 2001.
- [6] VALLE, M. R. **1968 – o diálogo é a violência**. Campinas: Editora Unicamp, 2008.